

## RELATO DE EXPERIENCIA

### IMPLANTAÇÃO DO ATELIER DE RECICLÁVEIS EM ESCOLA DE ZONA RURAL: ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO-AEE PROTAGONIZANDO A INCLUSÃO ESCOLAR

**Autores:** Edileuza Francisca da Silva Mesquita (autor)<sup>1</sup>  
Acleylton Costa (co-autor)<sup>2</sup>  
Arségila Sandra Ferreira das Neves (co-autor)<sup>3</sup>

**Afiliação dos autores:** Universidade Autônoma de Assuncion PY- email: [edianamesquita@hotmail.com](mailto:edianamesquita@hotmail.com) <sup>1</sup>  
Universidade Autônoma de Assuncion –email: [acleyltoncosta@gmail.com](mailto:acleyltoncosta@gmail.com) <sup>2</sup>  
Prefeitura Municipal do Cabo de santo Agostinho- PE- email: [arsegila.neves@gmail.com](mailto:arsegila.neves@gmail.com) <sup>3</sup>  
**Orientador:** Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> René Armando Flores Castillo - Professor Titular  
Universidad de Playa Ancha de Ciencias de la Educación email: [florescastillo.rene@gmail.com](mailto:florescastillo.rene@gmail.com)

#### RESUMO

O presente artigo descreve o relato de experiência da implantação de um atelier de materiais recicláveis, atividade proposta no plano de ação do Atendimento Educacional Especializado-AEE, na Escola Pública Humberto de Campos, que funciona da Educação infantil ao Ensino Fundamental, localizada no Engenho Timbuassu Município de Escada – PE. Conforme as Legislações vigentes o AEE compreende na sua prática novos significados na inclusão escolar da pessoa com deficiência no ensino regular, mobilizando e sensibilizando estudantes com deficiências, Altas habilidades/superdotação e comunidade escolar para participarem ativamente das práticas pertinentes nesse processo. Além disso, o professor do Atendimento Educacional Especializado-AEE tem nas suas atribuições a função de elaborar, planejar e criar recursos materiais como incentivo do protagonismo desses estudantes. Ademais, descreveremos as experiências vivenciadas, as atividades que permearam os diálogos, interações e envolvimento de toda comunidade escolar e a fruição de criar o atelier de reciclagem de materiais como: PETs, barbantes, Cds usados, pneus, entre outros. Todavia, esse projeto surgiu da coleta de dados das escutas da comunidade escolar sobre as dificuldades apontadas com relação aos cuidados com meio ambiente, as histórias de vida dos estudantes com deficiências, os interesses, carências socioeconômicas, culturais e lazer. Nesse contexto tornou-se imprescindível que as atividades do AEE fossem ofertadas num ambiente propício as interações, com atividades compartilhadas, criativas e prazerosas. Enfim, essa iniciativa provocou reflexões pertinentes acerca das atribuições do AEE na perspectiva de inclusão escolar, essa nova abordagem teórico/metodológica desafiou práticas excludentes, eliminando preconceitos na perspectiva de uma aprendizagem que ultrapasse os muros da escola.

**Palavras chave:** Atendimento Educacional Especializado–AEE, estratégias inclusivas, estudante com deficiência, comunidade escolar.

## INTRODUÇÃO

A experiência relatada nesse texto trata das práticas de uma professora do Atendimento Educacional Especializado – AEE que protagonizou a implantação de um atelier de materiais recicláveis com enfoque na preservação do meio ambiente na Escola Humberto de Campos na Zona Rural do Município de Escada – PE. Essa realização foi uma iniciativa do atendimento que geriu através do plano de ação – AEE atividades pautadas em práticas inclusivas e desafiadoras assegurando a inclusão escolar dos estudantes com deficiências e altas habilidades/superdotação no ensino regular. Ressaltamos ainda que o AEE nessa perspectiva, é certificado através do Decreto 7.611/ 2011, indicando através do art. 3º inciso III diz que esse atendimento deve – “fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; cabendo a esse serviço assegurar através de práticas inclusivas a permanência e educação plena”. Ademais, com intuito de ampliar o desenvolvimento da aprendizagem desses indivíduos, as atividades do atelier tinham o ensino da arte pautado nas orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais que recomendam, “A arte é um conhecimento que permite a aproximação entre indivíduos, mesmo os de culturas distintas, pois favorece a percepção de semelhanças e diferenças entre as culturas, expressas nos produtos artísticos e concepções estéticas”. (PCNs, 1997, p. 18). Nesse ponto de vista, o estudo da arte no ensino Fundamental na perspectiva dos PCNs, deve ajustar um dialogo permanente entre pessoas, mediando e favorecendo interações criando meios de conhecer o outro e se reconhecer através do outro nas semelhanças e diferenças, e ainda, “Neste sentido, absolutamente tudo à nossa volta foi criado pela mão do homem, todo mundo da cultura, ao contrário do mundo da natureza, é um produto da imaginação e da criação humana, com base na imaginação”. (VYGOTSKY, 1982, p.2). Contudo, nesse pressuposto Vygotsky reafirma a pertinência das atividades compartilhadas e entrelaçadas nas interações e o maior legado seria a construção simbólica através do imaginário favorável a criação e humana, além disso a arte também possibilita a diversidade de olhares, tendo em vista a sua forma de comunicar. Ainda nos Parâmetros, “A obra de arte revela para o artista e para o espectador uma possibilidade de existência e comunicação, além da realidade de fatos e relações habitualmente conhecidos”. (PCNs, 1997, p. 36). Dentro dessa perspectiva, no decorrer desse relato abordaremos as questões que permeiam a implantação de metodologias participativas que oportunizam aos estudantes com deficiências altas habilidades/superdotação interagirem nas atividades como protagonista das suas ações possibilitando a inclusão escolar plena. Primordialmente, o AEE com a experiência do atelier

garantiu a esses indivíduos um espaço promotor de diálogos, trocas e vivências, assim sendo, a experiência artística vislumbra a realidade através do imaginário, possibilita expressão da individuação e independência do indivíduo. Desse modo a política do Atendimento Educacional Especializado carece de criar no dia a dia, ambientes propícios a sua prática, com o objetivo de sensibilizar e mobilizar a comunidade escolar ao ponto de assegurar a permanência e o sucesso do estudante com deficiência, para que as novas técnicas possam alcançar dimensões que estejam além dos muros da escola favorecendo as mudanças conceituais e procedimentais. Sobretudo, o plano do AEE tem como ponto de partida o estudo de caso dos estudantes com deficiências e altas habilidades/superdotação, assegurando com essa inovação teórico/metodológica uma proximidade maior de toda comunidade escolar e conhecimento de causa.

Para realizar o AEE, cabe ao professor que atua nesta área, elaborar o Plano de Atendimento Educacional Especializado – Plano de AEE, documento comprobatório de que a escola, institucionalmente, reconhece a matrícula do estudante público alvo da educação especial e assegura o atendimento de suas especificidades educacionais. (NT, Nº 04, 2014, SECADI, MEC.)

Dessa forma, como a inclusão é conduzida desde a matrícula, (Figura 1). E como se estrutura a relação com a família, professores do ensino regular e com todos que atuam na escola, é o diferencial que também garantirá a viabilidade das ações inclusivas. Em virtude das necessidades metodológicas nesse processo torna-se imprescindível conhecer aspectos do funcionamento da escola, como: a filosofia, a missão, visão, particularidades dos estudantes com deficiências e das suas famílias, para elaboração de um plano legítimo e viável que favoreça a mobilidade e elimine as barreiras existentes nos espaços de aprendizagens e interação. No entanto, é comum no processo de inclusão escolar nos deparamos com sentimentos de angústia, medo, insegurança e resistência nos espaços ocupados por esses indivíduos.

“A criança pode não aprender, assumindo o medo de conhecer e de saber da família, ou respondendo a marginalização socioeducativa”. (FERNÁNDEZ, 1990, p 48)



**Entrevista com mãe e formalização das matrículas dos filhos no AEE.**

**Figura 1**

Frente a essas considerações compreendemos que as atividades vivenciadas no atelier na prática buscavam tornar a convivência mais humanizada convertendo novos olhares acerca das diferenças, além do que por meio da arte os estudantes com deficiências podem comunicar-se, expressar suas potencialidades de várias formas, reconhecendo-se como sujeito criativo e convivendo em equidade. Por fim, a idealização do atelier como espaço de interações, compartilhamentos e experiências, favoreceu a mobilização da comunidade escolar em torno de questões ligadas a direitos e deveres, referentes ao exercício pleno da cidadania onde conceitos ligados à preservação da natureza, arte e inclusão escolar da pessoa com deficiência procedem.

## METODOLOGIA

Este relato de experiência foi vivenciado na Escola Municipal Humberto de Campos localizada na zona rural do Município de Escada-PE, de médio porte com matrícula efetiva de 300 alunos da Educação infantil ao ensino Fundamental. Nesse contexto as atividades do atelier tiveram início no mês de março do ano letivo de 2013 com a triagem dos estudantes para oficializar a matrícula no AEE, tendo em vista que a relação dos estudantes apresentada pelo gestor extrapolava a quantidade de matrículas oferecidas no atendimento, ao término dessa seleção ficou concluído que alguns desses indivíduos tinham deficiência comprovada por laudo, outros com problemas de aprendizagem e uns com deficiências aparente, no último caso já providenciamos através do Núcleo de Educação Inclusiva (NEI) os encaminhamentos ao especialista como procedimento ao processo de investigação, porém, na escola não identificamos estudantes com altas habilidades/superdotação. Todavia como o serviço do AEE tem o funcionamento diferenciado, foram oficializadas 26 matrículas dos estudantes. (Tabela 1).

Quantidade de estudantes matriculados no AEE – Ano letivo 2013

**Tabela 1**

Dificuldades de aprendizagem	TGD	Deficiente físico	Síndrome de Down	Deficiência intelectual (DI)	Total
6	9	2	1	8	26

1ª Etapa - Diagnosticando o campo de atuação

O diagnóstico da escola para elaboração das estratégias e ações através do plano de ação do AEE, que se orienta no art. 59 da LDB 9394/96, diz: “a inclusão escolar da pessoa com deficiência no ensino regular para que seja viável é necessário um arcabouço de ações e instrumentos”. Ainda o inciso I dessa Lei preconiza que é necessário – “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades”. Todavia, é importante frisar que apesar dessas indicações Legais, em anos anteriores já existia esse serviço na escola, entretanto, suas atividades eram basicamente a extensão da sala de aula, atuando como reforço escolar dos estudantes com dificuldades na aprendizagem e deficiências. Além do mais, nas escutas feitas com a comunidade escolar ficou obvio que essa cultura de reforço no atendimento era muito bem aceita por todos e tida como garantia de avanços acadêmicos desses estudantes. Contudo, ao iniciar as atividades no AEE os desafios foram surgindo, pois nos deparávamos com a falta de informação acerca da necessidade de mudanças proposta pelo AEE, tendo em vista que a cultura escolar tinha a leitura e escrita como indicador de sucesso escolar e as tentativas de praticas inovadoras voltadas para a inclusão do estudante com deficiência tendia a ficar em segundo plano e naturalmente a exclusão se efetivava.

## 2ª Etapa - Criando parcerias

De posse de informações coletadas através do diagnóstico institucional e dos diálogos com a comunidade escolar, foram surgindo interesses voltados para preservação da natureza, visto que na comunidade existia uma queixa permanente acerca da coleta do lixo, água e os dejetos colocados no rio, como se tratava de zona rural alguns problemas

referentes ao meio ambiente também se agravavam devido à moagem da cana de açúcar. Como encaminhamento das atividades do AEE foi sugerido à implantação do atelier de recicláveis e a sensibilização dos pais acerca da importância da participação efetiva do estudante com deficiência nas atividades propostas. No intuito de mobilizar os professores foram feitas reuniões, oficinas, (Figura 2). Começamos a criar uma rede de apoio com a colaboração da gestão escolar, através da coordenação pedagógica foi sugerido aos professores do ensino regular que nas aulas fossem trabalhados conteúdos e atividades referentes à preservação da natureza, fortalecendo as atividades vivenciadas no ateliê.



**Reunião/oficina com professores do ensino regular**

**Figura 2**

### 3ª Etapa – Implantação do atelier

Nessa fase foi feita a relação dos materiais recicláveis que seriam usados para início de algumas atividades, também outros que seriam comprados como: tinta spray, barbantes, verniz, os estudantes e os colaboradores foram incentivados a trazer materiais recicláveis. Os estudantes com deficiências, professores, auxiliares de gestão se envolveram nessa ação e foram trazidos pneus, garrafas PETs, CDs usados, ( Figura 3). Ademais, a metodologia usada para desenvolvimento dessas atividades, foi à experiência e as habilidades da professora com trabalhos manuais e a criatividade apresentada pelos estudantes.

### 4ª Etapa – Iniciando as atividades artísticas

A primeira ideia foi começar a trabalhar com garrafas PETs, com a produção de pulseiras, diademas e também protetores de alimentos nesse interim a comunidade escolar foi tomada por motivação onde todos queriam dá sua contribuição, trazendo material, confeccionando ou sugerindo



**Figura 3**

**Alunos na sala do AEE fazendo pulseiras de PETs e lustres de barbantes.**

novas ideias como pinturas em quadro, montagens, apresentações artísticas, transformando os espaços da escola em ambientes atrativos e coloridos, o pátio da escola foi transformado num jardim com pneus floridos, Figura 4. Além do plantio de mudas de flores e plantas medicinais para montagem de uma horta. Figura 5.

**Figura 4**



**Professores do regular e AEE, estudantes do AEE ornamentando pneus para o jardim.**

**Figura 5**



**Plantio de mudas para montagem da horta de plantas medicinais.**

Através das práticas inclusivas vivenciadas no atelier como estratégia para inclusão dos estudantes com deficiências no ensino regular, alguns resultados foram identificados gradativamente nas atividades vivenciadas: a participação efetiva dos estudantes com deficiências através das interações com recursos diversos como contrapartida da deficiência; adesão espontânea de novos participantes nas atividades mais abrangentes como o jardim com pneus e árvore de natal de CDs; mobilização da comunidade na arrecadação de materiais e as famílias colaborando com a presença dos seus filhos. Além disso, as atividades desenvolvidas na perspectiva de inclusão exige do professor um olhar diferenciado, o foco não deve ser na limitação desses indivíduos, de acordo com o estímulo recebido a resposta é a compensação da deficiência. Os estudantes que antes apresentavam comportamentos agressivos, déficit na relação social já indicavam certa flexibilidade com os demais colegas e funcionários da escola, nos depoimentos de alguns professores em reuniões de avaliação das atividades realizadas em sala regular, foi constatado que os indivíduos que participavam das oficinas de arte se destacavam mais, participando das aulas com mais segurança, fazendo inferências com os conteúdos articulados entre o atelier e sala do ensino regular. Sobretudo, os assuntos que retratavam as questões referentes ao respeito às diferenças, senso de solidariedade e justiça, à preservação do meio ambiente favoreciam valores na escola e na comunidade e esta nova abordagem foi sendo adquirida no processo de inclusão. Acerca dos conceitos voltados ao meio ambiente conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais-Meio Ambiente/Saúde orienta nos seus objetivos para o ensino Fundamental: “Questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação”. (PCNs- MEIO AMBIENTE/SAÚDE-MEC-1997, p.5). Dentro dessa perspectiva as possibilidades de aquisição da aprendizagem significativa emergiram quando esses indivíduos aplicavam na prática o conhecimento, refletido nas resoluções dos problemas cotidianos. Enfim, as atividades desenvolvidas na perspectiva de uma aprendizagem colaborativa e compartilhadas requerem tanto do educador como do educando a predisposição e dedicação aliada ao desejo de aprender, porém ao primeiro é delegada a função de mediar, possibilitar, incentivar e aprender, a conviver com o outro diferente. Conforme Fernández:

O conhecimento não pode ser transmitido diretamente em bloco. O ensinante transmite-o através de um ensino [...] Necessita-se de um modelo, um emblema do conhecimento [...] Além do mais, não se transmite, em verdade, conhecimento, mais sinais desse conhecimento para que o sujeito possa, transformando reproduzi-los. O conhecimento é conhecimento do outro, porque o outro o possui, mas também porque é preciso conhecer o outro. (FERNANDEZ, 1990, pág. 52).



O ato de compartilhar e colaborar estão além do conhecimento, ele requer das partes inseridas na trama um sentimento de partilhas, altruísmos e confiança, quando transmitimos conhecimento estamos apresentando nossa bagagem particular de conhecimento, e ao que ensina cabe criar contextos sugestivos e propícios para que as estruturas particulares dos que aprendem possam ser afetadas através das trocas e possam gerar novas aprendizagens.

## CONCLUSÃO

As reflexões acerca das experiências e vivências proporcionadas através das atividades no atelier tiveram como aporte teórico-metodológico, as práticas inclusivas, compartilhadas, intencionais e o professor do AEE como agente facilitador nas conjunturas de aprendizagens inovadoras, todavia, os êxitos dessas ações estão estritamente ligados ao perfil do mediador. Nesse contexto, os professores que atuam no paradigma de inclusão educacional necessitam ter um diferencial que compreenda requisitos acerca de vários aspectos. Inicialmente, o olhar desses educadores deve ser exploratório em torno do panorama de aprendizagem ao ponto de ativarem novos mecanismos que favoreçam essas experiências, liberdade de expressão e criação, ver o sujeito com deficiência de forma integral e não se prender apenas a limitação ou associar deficiência a carência, ter uma postura que afete positivamente os sujeitos inseridos no processo de inclusão e que eles sintam-se estimulados e com sentimento de pertinência no grupo elevando sua autoestima. Sobretudo, para que essa prática seja assegurada é essencial que o professor também seja visto através de uma ótica que contemple suas necessidades formativas específicas e satisfatória, o aprimoramento contínuo do fazer docente, onde a pesquisa esteja conjugada com a ação-docente e que novas concepções possam surgir através de uma prática elaborada e refletida no dia a dia.

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que - fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, re-procurando. Ensino porque busco porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, 1996, p.14).

Por fim, o atelier como espaço de convivências estabelece e ratifica que é possível também proporcionar à esperança e as mudanças através dos direitos e deveres e a beleza através criação artística e estética, em lugares marginalizados e marcados fortemente pelos estigmas da pobreza, da carência, da falta de acessos aos serviços básicos. Contudo, a inclusão escolar

vem ajustar essas desigualdades proporcionando a permanência plena dos estudantes com deficiências.

## REFERÊNCIAS

BRASIL: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para o Atendimento Educacional Especializado. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL: Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: arte. Vol. 6 (1ª a 4ª série). Brasília: MEC/SEF, 1997. 130 p.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente/saúde. Brasília: MEC/SEF, 1997. 128 p.

Decreto Federal 7.611 de 17 de novembro de 2011.

Experiências educacionais inclusivas: Programa Educação Inclusiva: Direito à diversidade/ Organizadora Berenice Weissheimer Roth – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial-2006. 191 págs.

FERNÁNDEZ, A. A inteligência aprisionada/Alicia Fernández; Tradução Iara Rodrigues\_\_\_\_ Porto Alegre Artes Médicas, 1990, 261 p.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 9394 de 20 de dezembro de 1996.

NOTA TÉCNICA Nº 04 / 2014 / MEC / SECADI / DPEE.

VYGOTSKY, L.S. Imaginación y el arte en la infancia. Madri: Hispanicas, 1982.